

O Movimento Estudantil e o Processo de Conscientização Política dos Estudantes na Universidade Estadual de Campinas

Aluna: Gabriela Chiareli de Sousa e-mail: gabriela.chiareli@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Salvador A. Mireles Sandoval

FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FE) – UNICAMP

Agência Financiadora: PIBIC/ CNPq

Palavras Chaves: Movimento Estudantil – Conscientização – Entidade Representativa



1 – Introdução

Este projeto – O Movimento Estudantil e o Processo de Conscientização Política dos Estudantes na Universidade Estadual de Campinas – tem como objetivo refletir sobre o movimento estudantil da Universidade Estadual de Campinas diante das diversas mudanças ocorridas no seio da universidade e da sociedade, buscando compreender como os estudantes que estão nas entidades estudantis enfrentam essa situação. Nesse sentido essa pesquisa contou com revisão bibliográfica acerca do tema e a aplicação de um questionário acerca das percepções organizacionais, políticas e de representação de si mesmos.

Chegar-se-á a conclusão de que a partir do cenário político que exploramos o movimento estudantil da Unicamp têm priorizado os espaços abertos de debate e uma atuação diversificada dos centros acadêmicos e DCE. No entanto, a participação política dos estudantes tem diminuído, as entidades estudantis tem sofrido uma certa “burocratização” no que tange aos debates mais “gerais” e tem se distanciado dessas discussões.

2 – Metodologia

Este trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica a respeito do tema, à saber: Movimento Estudantil; Conscientização; Ideologia; e Neoliberalismo. Posteriormente realizamos entrevistas semi-estruturadas com as lideranças políticas de 23 das 29 entidades representativas de estudantes da Unicamp.

As entrevistas giravam em torno de discussões no âmbito da organização da entidade, no âmbito político e no âmbito da representação. As entrevistas foram gravadas, transcritas e agrupadas para melhor análise das discussões.

3 – Discussão

O que podemos observar através dos dados colhidos é que as entidades entrevistadas já abandonaram seus modelo presidencialistas, adotando modelos colegiados que discutem e decidem abertamente seus pontos de vista junto aos outros estudantes que não necessariamente são da gestão da entidade. O que é importante destacar nesse ponto é que segundo Moscovici e Doise, 1991, a discussão e decisão em grupo favorece a participação mais ativa dos membros do grupo, e isso com certeza pode ter conseqüências positivas para a entidade e para o movimento.

Em nossa pesquisa pudemos observar que em relação às Empresas Juniores: elas inexistem na área de humanas, talvez pelo fato de não se ter um campo de trabalho muito promissor ou talvez pela visão questionadora dos estudantes das humanas em relação a esse tipo de organização; Na área de exatas a relação não é ao todo boa, porém a maioria das entidades dessa área tem uma boa relação com as Empresas Juniores, realizando atividades conjuntas e trocando experiências.

Já a relação com as Atléticas são melhores, em relação às Empresas Juniores, mais da metade das entidades entrevistadas dizem ter uma boa relação com as Atléticas de seu instituto.

Gostaria de salientar nesse ponto a importância para uma entidade representativa o diálogo com os diversos pontos de vistas dos estudantes inclusive estes que estão em outros espaços estudantis, e que muitas vezes não se identificam com o “movimento estudantil tradicional”, mas estão dispostos a realizar atividades conjuntas.

A grande maioria das entidades se identificam como sendo entidades de cunho acadêmico e de integração e que sua preocupação deve ser a defesa do estudante dentro da universidade, pois tudo o que está fora da universidade não está, segundo eles, dentro da sua alçada.

Essa identificação é importante para detectar um aspecto de burocratização também das entidades estudantis de base (CA’s e DCE). Essas mesmas entidades que em tempos anteriores lutavam pela reforma universitária ou por mais verbas pra educação pública, hoje vêm essas lutas como algo que não lhes dizem respeito e que devem ser travadas por entidades que estão acima deles como a UEE (União Estadual dos Estudantes) ou a UNE (União Nacional dos Estudantes).

Esse distanciamento das lutas mais gerais, podem ser justificadas pela visão de “colonização” dos partidos políticos sob estas pautas. Mesquita, 2009 nos traz importantes reflexões acerca disto quando diz: *A colonização dos partidos no modo de ser e atuar das entidades e das disputas ideológicas que são produzidas no meio estudantil certamente tem produzido reflexos no grau de participação do movimento, bem como, realçando uma visão negativa do mesmo. Além disso, muitas vezes os grupos excessivamente partidarizados atuam de modo impositivo não levando em consideração os espaços de organização próprios do movimento estudantil.* (Mesquita, 2009, p. 122).

Essa visão acerca do partidarismo do movimento estudantil pode ser observada em nossa pesquisa quando 9 dos 23 entrevistados colocam essa questão como um fator negativo do movimento. A grande problemática colocada nas entrevistas está no fato de que para essas entidades os partidos políticos impõem a sua pauta política em detrimento das pautas da entidade. Por outro lado 6 dentre as entidades acreditam que é importante a participação dos partidos políticos no movimento social, pois acreditam que os militantes partidários ampliam a perspectiva de luta dos movimentos sociais, para além de seu corporativismo, no entanto reivindicam a autonomia da entidade frente aos partidos políticos.

De fato, podemos observar uma relação de conflito entre aqueles que atuam nos partidos políticos e nas entidades e aqueles que atuam apenas nas entidades. No entanto é preciso repensar a dinâmica de organização do movimento estudantil no sentido de considerar e equilibrar as diferentes formas de atuação e militância para diminuir as tensões provocadas por essa relação conflituosa. Essa reflexão é de extrema importância, pois como nos coloca acertadamente Mesquita, 2009, p. 133 *Mas se existe a compreensão de que o movimento estudantil precisa ser menos partidarizado, ao mesmo tempo, existe a consciência de que o movimento por si só, não consegue arregimentar os estudantes para a sua luta.*

Quanto aos aspectos de representação, observamos que a maioria dos entrevistados considerou que os estudantes identificam os CA e o DCE como entidades representativas de seus interesses, porém essa identificação não é convertida em fatores de identificação do aluno com a entidade, o que faria esse aluno participar mais das atividades da sua entidade. No geral os alunos têm uma relação imediatista com a entidade, reivindicando seus direitos apenas quando surge algum problema a ser resolvido.

As transformações da universidade nos permitem compreender um pouco dessa situação. O modelo universitário que vivemos na Unicamp privilegia o conhecimento técnico, cursos de carga horária elevada que devem ser cursados em pouco tempo e a exigência de notas altas, pois só assim os alunos conseguem, na concorrência uns com os outros, aulas de línguas, bolsas de pesquisa, estágios, intercâmbios entre outros. Os espaços de socialização, participação crítica e trocas de experiências são cada vez mais escassos, a exemplo da proibição de festas no campus, o constrangimento realizado pela guarda universitária quando os estudantes das entidades se reúnem na universidade aos finais de semana para debater, ou o constrangimento realizado por parte da reitoria quando coloca uma câmera de segurança apontada para a entrada do Diretório Central dos Estudantes, entre outras coisas. Isso tem refletido no perfil dos estudantes que ingressam hoje na universidade, e vem sua experiência universitária apenas como um trampolim profissional. Mesquita, 2009, p. 124, *caracteriza bem esse ponto quando diz que A universidade torna-se menos um lugar de socialização e formação política, social e humana, e mais um espaço onde a transmissão, mais que a produção de conhecimento, é valorizada enquanto instrumento importante para a obtenção de um lugar no mercado de trabalho.*

4 – Conclusão

Não se concebe democracia sem organização. (...) a organização surge como o único meio de criar a vontade coletiva. E na medida em que repousa no princípio do menor esforço, ou seja, da maior economia das forças, a organização é, nas mãos dos fracos, uma luta de arma contra os fortes. (Michels, 1914, p. 7). A partir dessa afirmação de Robert Michels podemos iniciar a discussão da importância da organização dos estudantes. O conflito de interesses entre as classes sociais, também se reflete na universidade e para que os estudantes possam defender os seus interesses a organização destes é fundamental, seja para defender problemas mais imediatos como os problemas diretamente relacionados ao seu curso, seja por questões que lhes atingem, porém não de maneira tão evidente, como por exemplo, a falta de verbas para a educação pública. Essa organização só acontece de maneira forte e eficaz quando os estudantes adquirem conscientização de seu papel de estudantes ativos que podem e devem influenciar nas decisões dentro da universidade.

O cenário que exploramos em nosso trabalho nos mostra um movimento estudantil que tem se diversificado, para tanto, o movimento estudantil dito “tradicional” tem como tarefa refletir esse novo momento histórico e a partir disso traçar novas estratégias para a promover a participação política dos estudantes.

Para tanto uma das questões importantes acerca da participação política é a importância de fomentar em grupo a reflexão dos indivíduos. A partir de uma discussão grupal onde as ideias são expostas na busca de um objetivo comum, as pessoas tornam-se mais ativas, mais capazes de tomar decisões. Ainda (...) *ele (o grupo) mobiliza as possibilidades intelectuais e afetivas de cada um de seus membros fazendo-os participar numa ação coletiva, não para aumentar a sua coesão, mas para lhe permitir ultrapassar a barreira das normas face a qual quando sozinhos, tinham recuado.* (Moscovici e Doise, 191, p. 54). Para a psicologia social, segundo Moscovici e Doise, a participação é a passagem de um estado de passividade para um estado de atividade, ou seja, ao participar o indivíduo possui a capacidade de mudar as regras do jogo e contribuir na construção de algo que julga importante. Assim, decidir não deve ser privilégio de poucos dentro das entidades estudantis, mas deve ser uma estratégia para aproximar estudantes.

A diversificação das temáticas a serem debatidas também é importante. Devemos sempre lembrar que a base dos atuais estudantes é muito diversa e que em muitos momentos as entidades precisarão ultrapassar o campo da educação e da política em geral (Mesquita, 2009). Hoje observamos dentro das universidades diversos coletivos, de gênero, de cultura, de diversidade sexual, entre outros. Neste sentido é fundamental que as entidades representativas estejam atentas a esses novos interesses dos estudantes e que respeitem a pluralidade dos membros do grupo, garantindo a liberdade de falar e agir (Moscovici e Doise, 1991).

De um modo geral, falta às entidades representativas da Unicamp refletir sobre sua presença no cotidiano dos estudantes, sobre sua estrutura interna e sobre suas bandeiras reivindicatórias. Partindo desses elementos será possível atualmente repensar o papel das entidades estudantis e suas estratégias tema amplo e complexo que pretendo continuar investigando em próximos trabalhos.

Bibliografia

MESQUITA, Marcos Ribeiro. *Identidade, Cultura e Política: Os Movimentos Estudantis na Contemporaneidade*. Maceió: EDUFAL, 2009.
MICHELIS, Robert. *Os Partidos Políticos*. São Paulo: Senzala, 1914.
MOSCOVICI, Serge e DOISE, Willen. *Dissensões e Consenso: Uma Teoria Geral das decisões Coletivas*. Lisboa: Horizonte, 1991.